

REVISTA ZÊNITE INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - ILC

a. 25

n. 297

nov. 2018

DOCTRINA


1087 Decreto nº 9.488/2018 – Alteração do regulamento federal de Registro de Preços
Sidney Bittencourt

1095 Cláusulas anticorrupção nas contratações públicas
Luiz Eduardo Altenburg de Assis
Fernanda Santos Schramm

1104 Definição do regime de execução
Paulo Sérgio de Monteiro Reis

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

1119 Reajuste de contrato para elaboração de projeto de engenharia – Considerações sobre a aplicação do índice INCC

 1124 Dispensa em razão do valor – Unidades de empresa estatal com autonomia orçamentária

1130 Convênios sem contrapartida financeira – Análise sobre a possibilidade de prazo de vigência indeterminado

1137 Inexigibilidade de licitação – Impossibilidade em razão das condições previamente estabelecidas pela Administração

PERGUNTAS E RESPOSTAS

1144 1. Existe um índice específico para o reajuste dos contratos de tecnologia da informação?

1145 2. É possível contratar fornecedor exclusivo de vale-transporte para transporte público municipal e intermunicipal caso ele esteja em débito com FGTS e INSS?

1147 3. No âmbito da Administração Pública federal, a quem compete aplicar sanções durante a vigência da ata de registro de preços? Ao órgão gerenciador? Aos órgãos participantes? E no caso do carona?

1148 4. Qual é o objetivo da etapa de gestão de risco previsto na IN nº 05/2017 da SEGES/MP? Quais informações devem ser levantadas e qual documento deve ser elaborado?

1149 5. Em contratos de serviços de engenharia, quais critérios devem ser considerados para a designação de servidores públicos para exercer funções de fiscal técnico e de membro da comissão de recebimento definitivo?

1151 6. Há necessidade de testemunhas nos contratos administrativos? Qual a responsabilidade delas?

1153 7. Quais as boas práticas a serem adotadas na elaboração das cláusulas contratuais relativas às multas moratória e compensatória?



1156 8. Conforme prevê o art. 29, § 3º, da Lei nº 13.303/2016, os valores para dispensa em razão do valor podem ser alterados pelas estatais para refletir a variação de custos e admitem valores diferenciados entre as entidades. Como interpretar esse dispositivo?

1158 9. Quais requisitos de qualificação técnica devem ser exigidos da subcontratada nas contratações das estatais? São os mesmos impostos à contratada? Como interpretar o art. 78, § 1º, da Lei das Estatais? Quais as cautelas na avaliação das condições da subcontratada?

1160 10. As entidades do Sistema S estão obrigadas a disponibilizar os orçamentos elaborados nos processos de contratação caso haja solicitação de algum interessado?

1162 JURISPRUDÊNCIA

1169 TRIBUNAIS DE CONTAS

1180 LEGISLAÇÃO

1181 BLOG